

Desigualdade salarial na Região Metropolitana de Porto Alegre: o que ocorreu durante a crise econômica?*

Raul Luís Assumpção Bastos**

Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pesquisador em Economia na Fundação de Economia e Estatística (FEE)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar, de forma sucinta, a desigualdade salarial na Região Metropolitana de Porto Alegre, durante a crise econômica, em 2015 e 2016. A desigualdade salarial é analisada em termos agregados, por setores de atividade econômica e por categorias de emprego. O artigo mostra que ocorreu uma inequívoca redução da desigualdade salarial agregada durante a crise econômica. Em nível setorial, a queda da desigualdade salarial foi circunscrita aos serviços e à indústria de transformação. Quanto às categorias de emprego, a tendência geral foi de redução da desigualdade salarial. A decomposição do índice de Theil revelou que o recorte das categorias de emprego tem mais capacidade de explicação da desigualdade salarial agregada, uma vez que seu componente intercategorias tem maior peso relativo, comparativamente ao intersetores, no período que foi objeto de investigação.

Palavras-chave: desigualdade salarial; crise econômica; mercado de trabalho metropolitano

Abstract

This article aims to briefly analyze wage inequality in the Metropolitan Area of Porto Alegre, during the economic crisis, in 2015 and 2016. Wage inequality is analyzed in aggregate terms, by sectors of economic activity and employment categories. The article shows that there was an unequivocal reduction of the aggregate wage inequality during the economic crisis. At the sectoral level, the fall in wage inequality was circumscribed to services and manufacturing industry. As for the employment categories, the general trend was of wage inequality reduction. The decomposition of the Theil index revealed that employment categories have a greater capacity to explain aggregate wage inequality, since the between-categories component in it has a greater relative weight, in comparison with the between-sectors one, in the period that was the object of investigation.

Keywords: wage inequality; economic crisis; metropolitan labor market

1 Introdução

A crise econômica se abateu com grande intensidade sobre o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), em 2015 e 2016. De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na

* Artigo recebido em 02 de out. 2017.

Revisora de Língua Portuguesa: Elen Jane Medeiros Azambuja

** E-mail: bastos@fee.tche.br

O autor agradece as críticas e sugestões a uma versão preliminar do artigo feitas por Cecilia Rutkoski Hoff, Iracema Castelo Branco, Jorge Augusto Silveira Verlindo, Rodrigo Goulart Campelo e Felipe Maraschin Guigou. Erros e omissões ainda remanescentes são de inteira responsabilidade do autor.

RMPA (PED-RMPA), a taxa de desemprego total, que havia atingido o piso da série histórica em 2014, ao registrar 5,9%, elevou-se para 8,7% em 2015 e 10,7% em 2016. O contingente de desempregados, na comparação de 2014 com 2016, teve um acréscimo de 89 mil pessoas, ao subir de 113 mil para 202 mil. O emprego evidenciou uma perda de 95 mil assalariados, dos quais 64 mil pertenciam ao setor privado, e 31 mil, ao setor público. No âmbito do setor privado, entre os assalariados com carteira de trabalho assinada, houve uma contração de 54 mil empregos, e, entre os sem carteira de trabalho assinada, de 10 mil empregos.

No que diz respeito ao trabalho assalariado na RMPA, o salário médio real, após permanecer relativamente estável em 2014, teve intensa retração em 2015 e 2016. Para ter-se uma noção da deterioração que isso representou, todo o processo de melhora do salário médio real que ocorreu no período 2004-2013 foi perdido naqueles dois anos. Na verdade, o salário médio real na Região, em 2016, situava-se próximo ao piso da série histórica da pesquisa, em 1994.

Nessa conjuntura de deterioração do mercado de trabalho, este artigo tem como objetivo analisar sucintamente a evolução da desigualdade salarial na RMPA. A pergunta que se procura responder é se a forte queda do salário real, em 2015 e 2016, foi correlata ao aumento da desigualdade da estrutura salarial, assumindo-se que crises econômicas trazem consigo eventos negativos, como, por exemplo, o aumento das desigualdades socioeconômicas. Para atingir-se esse objetivo, a evolução da desigualdade salarial durante a crise econômica será analisada em termos agregados, por setores de atividade econômica e por categorias de emprego.

O artigo está assim organizado: a seção 2 traz evidências da evolução da desigualdade salarial agregada na RMPA, na conjuntura de crise econômica; a seção 3 trata da desigualdade salarial por setores de atividade econômica; a seção 4, por categorias de emprego; a seção 5 esboça uma interpretação da trajetória da desigualdade salarial agregada durante a crise econômica; por último, são apresentadas as Considerações finais do artigo.

2 Desigualdade salarial durante a crise econômica: aspectos preliminares¹

De acordo com o que foi afirmado na Introdução deste artigo, o mercado de trabalho da RMPA passou por um processo de intensa deterioração durante a crise econômica, em 2015 e 2016. No que se refere aos rendimentos do trabalho, o salário médio real, após permanecer relativamente estável em 2014, teve uma queda muito acentuada, de 8,4% em 2015 e 10,0% em 2016, acumulando perda de 15,2% em comparação ao ano de 2014.²

Nessa conjuntura econômica, a questão proposta por este artigo é se a enorme redução do salário médio real, em 2015 e 2016, na RMPA, trouxe consigo aumento da desigualdade salarial. Isso porque a expectativa é que a crise econômica tenha tido implicações negativas para o mercado de trabalho, como, por exemplo, a ampliação das suas desigualdades.

Para procurar responder a essa questão, utiliza-se o índice de Theil dos salários-hora reais³, o qual permitirá conhecer a evolução da desigualdade da estrutura salarial em 2015 e 2016 (ver Quadro 1).⁴ De acordo com o que se pode constatar, o índice de Theil evidenciou, nos anos de interesse, redução, tendo passado de 0,3050 em 2014 para 0,2901 em 2015 e para 0,2487 em 2016 (Gráfico 1). Portanto, a questão acima proposta tem uma clara resposta: a crise econômica não trouxe consigo aumento da desigualdade da estrutura salarial da RMPA; pelo contrário, em 2015 e 2016, o que ocorreu foi uma queda da desigualdade salarial.

Afora essa constatação, chama atenção a intensidade da redução da desigualdade salarial na RMPA, durante a crise econômica (Gráfico 2). Nesse sentido, ao se compararem as taxas de variação do índice de Theil em períodos selecionados, percebe-se que a sua queda em 2016/2014 (-18,8%) foi superior a que ocorreu em

¹ Neste artigo, o trabalho assalariado corresponde à agregação dos empregados nos setores privado e público e os empregados domésticos mensalistas. Essa delimitação do trabalho assalariado é distinta da utilizada no **Informe PED-RMPA**, que não inclui o emprego doméstico mensalista.

² O cálculo dos salários médios reais exclui os empregados para os quais a informação relativa aos salários não consta na base de dados da PED-RMPA.

³ A desigualdade salarial será medida, ao longo deste trabalho, em salários-hora reais, por considerar-se essa unidade de análise mais apropriada para esse objeto de estudo. A partir deste trecho do artigo, sempre que for feita referência ao índice de Theil, ficará implícito que se trata da medição da desigualdade dos salários-hora reais.

⁴ O índice de Theil foi computado no Software R, com o pacote IC2. A respeito dos códigos para a computação dessa medida de desigualdade, ver Plat (2015).

2012/2010 (-13,5%) e em 2014/2012 (-0,2%) — nessa última referência comparativa, na verdade, a desigualdade salarial ficou praticamente estável.

Quadro 1

Medição da desigualdade salarial

Quanto à medição da desigualdade salarial, neste artigo se utiliza o índice de Theil (Conceição; Galbraith, 2001; Cowell, 2011; Hao; Naiman, 2010), que é obtido por meio da seguinte expressão:

$$Theil = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{w_i}{\bar{w}} \ln \left(\frac{w_i}{\bar{w}} \right),$$

em que:

W_i : salário-hora real do indivíduo i ;

\bar{w} : salário-hora médio real;

n : emprego total.

Conforme mostram Conceição e Galbraith (2001) e Cowell (2011), o índice de Theil tem como limite inferior zero, que corresponde à máxima igualdade da distribuição, e como limite superior $\ln n$, que corresponde à máxima desigualdade da distribuição.

O índice de Theil tem a propriedade de poder decompor a desigualdade total de forma aditiva, em um componente intragrupos e outro intergrupos. A sua decomposição é dada pela expressão:

$$Theil = \sum_j \left(\frac{W_j}{W} \right) Theil_j + \sum_j \left(\frac{W_j}{W} \right) \ln \left(\frac{W_j/W}{n_j/n} \right),$$

em que:

W_j : salários-hora reais do grupo j ;

W : salários-hora reais totais;

$Theil_j$: índice de Theil do grupo j ;

n_j : emprego no grupo j ;

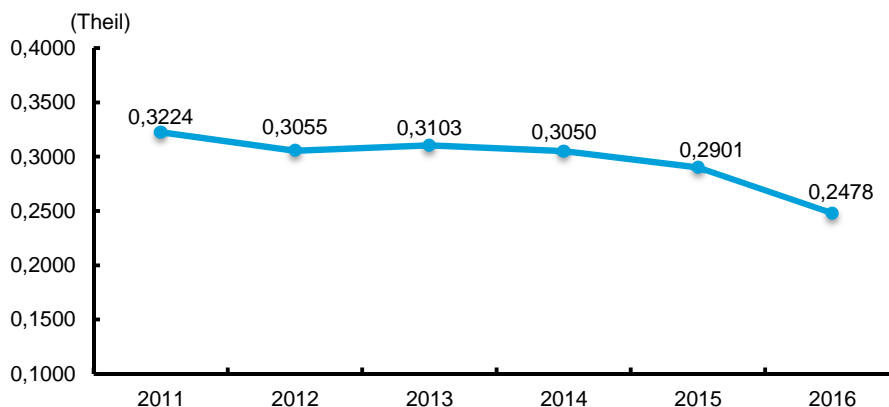
n : emprego total.

Nessa expressão, no lado direito, a desigualdade intragrupos corresponde ao primeiro termo, e a desigualdade intergrupos, ao segundo termo.

FONTE: Adaptado de Conceição e Galbraith (2001), Hao e Naiman (2010) e Cowell (2011).

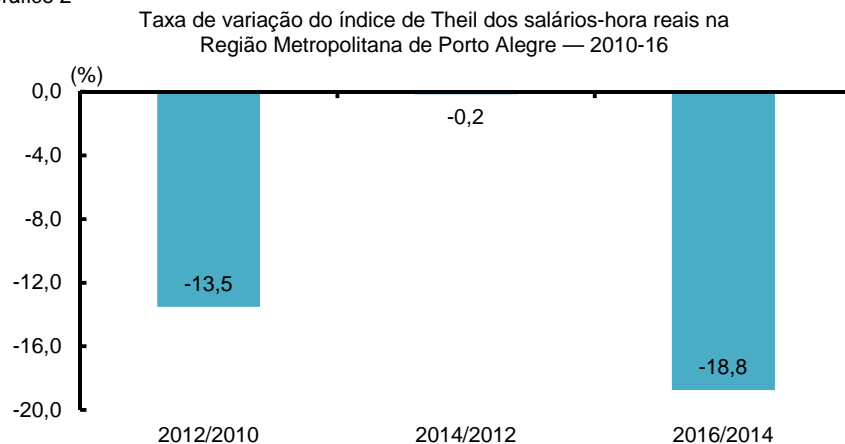
Gráfico 1

Índice de Theil dos salários-hora reais na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16



FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE e apoio MTb/FAT.

Gráfico 2



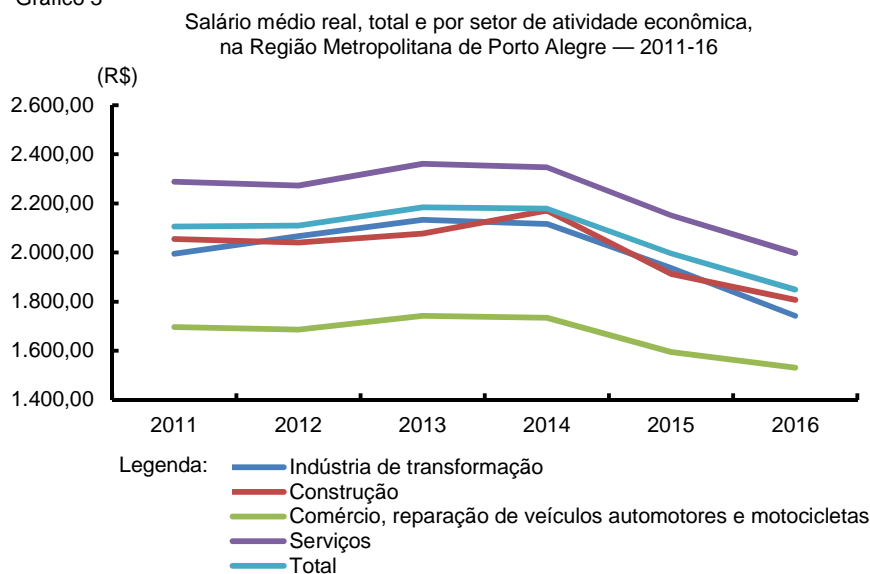
FONTES DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

No que segue, o artigo irá analisar a desigualdade salarial por setores de atividade econômica e por categorias de emprego, na conjuntura de crise econômica.

3 Desigualdade salarial por setores de atividade econômica⁵

Conforme destacado na seção 2 deste trabalho, ocorreu uma acentuada redução do salário médio real na RMPA, em 2015 e 2016. No âmbito dos principais **setores de atividade econômica**, à semelhança dos dados agregados, verificou-se forte retração dos salários médios reais naqueles mesmos anos (Gráfico 3). Conforme se pode constatar, o salário médio real, na comparação de 2016 com 2014, registrou queda de 17,7% na indústria de transformação, 16,7% na construção, 14,9% nos serviços e 11,7% no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (Gráfico 4). Por causa desses comportamentos, em todos os setores analisados, os salários médios reais atingiram, em 2016, níveis inferiores aos de 2011.

Gráfico 3

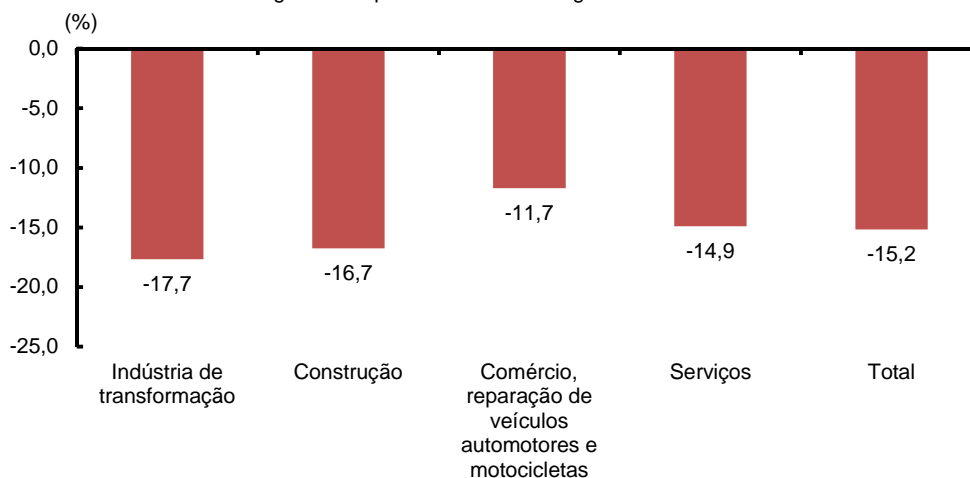


FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.
NOTA: Inflator IPC-IEPE; valores em reais de nov./2016.

⁵ Devido a uma mudança na classificação de atividade econômica da PED-RMPA em 2011, a série de dados em nível setorial não é comparável com o período anterior àquele ano.

Gráfico 4

Taxa de variação dos salários médios reais, total e por setor de atividade econômica, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2016/2014



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.
 NOTA: Inflator IPC-IEPE; valores em reais de nov./2016.

No que diz respeito à desigualdade salarial em nível setorial, na RMPA, não se pode afirmar que tenha havido um padrão comum de comportamento durante a crise econômica, em 2015 e 2016 (Tabela 1). Nesse sentido, houve setores em que ocorreu redução do índice de Theil — a indústria de transformação e os serviços — e setores em que, após a queda dessa medida de desigualdade em 2015, ela voltou a elevar-se em 2016, para um patamar superior ao verificado em 2014 — construção e comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.

Tabela 1

Índice de Theil dos salários-hora reais, agregado e por setores de atividade econômica, e distribuição setorial do emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

ANO	Theil Agregado	THEIL				DESIGUALDADE		CONTRIBUIÇÃO À DESIGUALDADE INTRASSETORES				DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO (%)			
		Indústria de Transformação	Construção	Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Serviços	Intra-setores	Inter-setores	Indústria de Transformação	Construção	Comércio Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Serviços	Indústria de Transformação	Construção	Comércio Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Serviços
2011	0,3224	0,2572	0,2556	0,1934	0,3548	0,3093	0,0131	0,0485	0,0121	0,0267	0,2220	20,82	5,24	18,76	55,18
2012	0,3055	0,2479	0,2312	0,1734	0,3404	0,2941	0,0114	0,0500	0,0119	0,0230	0,2092	21,46	5,52	18,09	54,93
2013	0,3103	0,2534	0,2047	0,1677	0,3475	0,2980	0,0124	0,0496	0,0095	0,0229	0,2160	20,80	5,11	18,78	55,31
2014	0,3050	0,2270	0,2108	0,1617	0,3480	0,2930	0,0120	0,0433	0,0110	0,0214	0,2173	20,53	5,42	18,27	55,78
2015	0,2901	0,2034	0,1764	0,1371	0,3356	0,2778	0,0123	0,0375	0,0085	0,0178	0,2140	19,78	5,22	18,04	56,96
2016	0,2487	0,1936	0,2438	0,1636	0,2711	0,2395	0,0092	0,0359	0,0117	0,0243	0,1676	20,46	5,00	18,99	55,55

FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

O setor de serviços, por um lado, possui a estrutura salarial com maior nível de desigualdade e, por outro, foi aquele em que o índice de Theil diminuiu mais intensamente na crise econômica, tendo passado de 0,3480 em 2014 para 0,3356 em 2015 e para 0,2711 em 2016 (Tabela 1). A indústria de transformação também evidenciou uma redução considerável da desigualdade salarial nesse período: o índice de Theil teve uma queda de 0,2270 em 2014 para 0,2034 em 2015 e para 0,1936 em 2016. Com um comportamento muito distinto, na construção, o índice de Theil diminuiu de 0,2108 em 2014 para 0,1764 em 2015, mas, em 2016, elevou-se acentuadamente para 0,2438. Quanto ao comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, o índice de Theil teve uma redução de 0,1617 em 2014 para 0,1371 em 2015, mas, após, elevou-se para 0,1636 em 2016, situando-se em um patamar levemente superior ao de 2014. Assinale-se, ainda, que esse último é o setor de atividade econômica com os menores níveis de desigualdade salarial na RMPA, ao longo do período 2011-16.

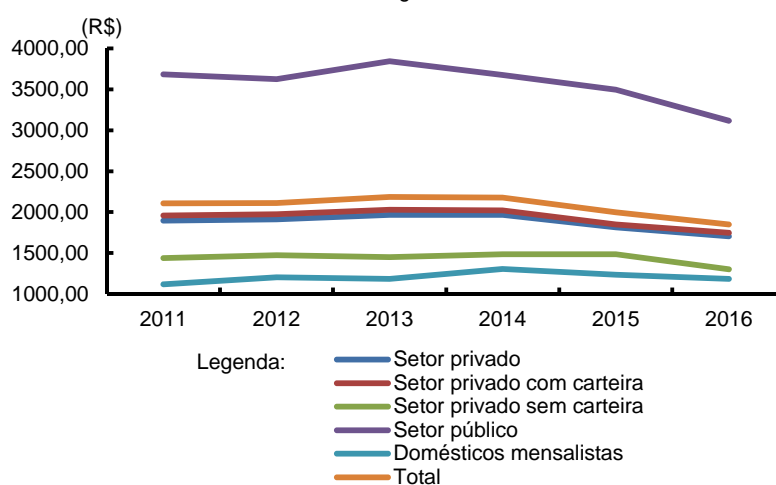
De acordo com o que está exposto no Quadro 1, o índice de Theil permite decompor a desigualdade total de forma aditiva, em um componente que corresponde à desigualdade intragrupos e outro, à desigualdade intergrupos. Nesses termos, o índice de Theil permite que se conheça a contribuição de cada um desses componentes para a desigualdade salarial total. No que diz respeito à decomposição do índice de Theil por setor de atividade econômica na RMPA, de acordo com os resultados expostos na Tabela 1, o componente intrasetores da desigualdade salarial se reduz de 0,2930 em 2014 para 0,2778 em 2015 e para 0,2395 em 2016; já o componente intersetores da desigualdade salarial passa de 0,0120 em 2014 para 0,0123 em 2015 e, posteriormente, reduz-se para 0,092 em 2016.⁶ Esses resultados permitem afirmar que a desigualdade salarial agregada, no período em foco, é, em sua maior parte, determinada pelo componente intragrupos: 96,1% em 2014, 95,8% em 2015 e 96,3% em 2016.

Devido à importância do componente intrasetores para a desigualdade salarial agregada, cabe analisar a contribuição de cada um dos setores em sua formação (Tabela 1). Conforme se pode constatar, a desigualdade salarial intrasetores é amplamente explicada pelo setor de serviços, apesar de ele ter perdido peso relativo em 2016. Assim, esse setor representava 74,2% da desigualdade intrasetores em 2014, 77,0% em 2015 e 70,0% em 2016. A diminuição de peso relativo dos serviços na desigualdade salarial intrasetores, em 2016, teve como contrapartida aumento no dos demais setores: a indústria de transformação atingiu 15,0%; o comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas, 10,1%, e a construção, 4,9%. Chama atenção que os serviços deem uma contribuição à desigualdade salarial intrasetores muito superior ao seu peso relativo na estrutura do emprego, que atinge o seu ponto máximo em 2015 (57,0%), diferentemente do que se verifica em todos os outros setores, cujas contribuições são sistematicamente menores aos respectivos pesos relativos no emprego.

4 Desigualdade salarial por categorias de emprego

Utilizando-se o recorte analítico das **categorias de emprego**, constata-se que ele também revela uma redução generalizada dos salários médios reais durante a crise econômica, na RMPA, em 2015 e 2016 (Gráfico 5). Quando se compara o ano de 2016 com o de 2014, a retração mais intensa do salário médio real ocorreu no setor público⁷ (-15,2%), seguido do setor privado (-13,3%) e dos empregados domésticos mensalistas (-9,3%) (Gráfico 6). No âmbito do setor privado, naquela mesma referência comparativa, os empregados com carteira de trabalho assinada tiveram uma retração mais acentuada do salário médio real (-13,5%) do que os sem carteira de trabalho assinada (-12,3%).

Gráfico 5
Salário médio real, total e por categorias de emprego, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16



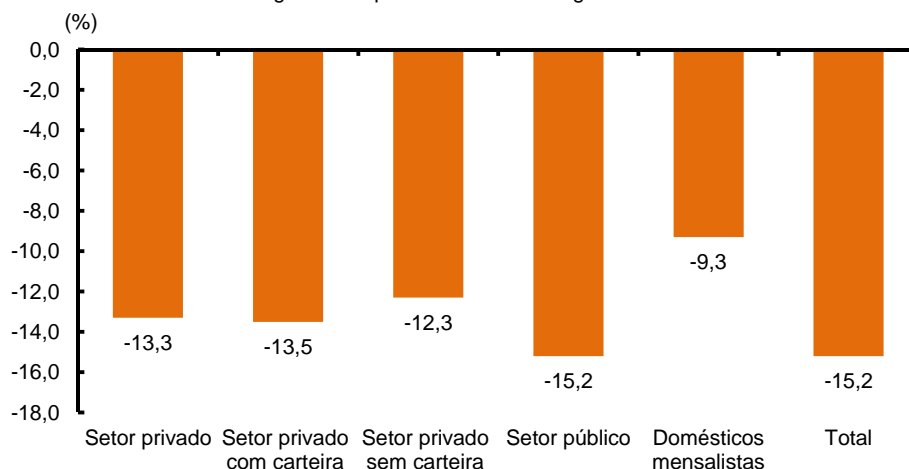
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.
NOTA: Inflator IPC-IEPE; valores em reais de nov./2016.

⁶ Esse resultado, de que o componente intergrupos explica relativamente pouco da desigualdade agregada, encontra-se ressaltado nos trabalhos de Cowell e Jenkins (1995) e Elbers *et al.* (2008).

⁷ O setor público engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

Gráfico 6

Taxa de variação dos salários médios reais, total e por categorias de emprego, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2016/2014



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.
 NOTA: Inflator IPC-IEPE; valores em reais de nov./2016.

Quanto à desigualdade da estrutura salarial por categorias de emprego na RMPA, pode-se constatar que ela se reduziu no setor público e no emprego doméstico mensalista, em 2015 e 2016, e, no setor privado, somente em 2016 (Tabela 2). No que diz respeito ao setor público, cujo nível de desigualdade salarial é o mais elevado, o índice de Theil teve queda de 0,3255 em 2014 para 0,2905 em 2015 e para 0,2823 em 2016. No setor privado, o índice de Theil pouco se alterou de 2014 (0,2312) para 2015 (0,2324), mas se reduziu de forma acentuada em 2016 (0,1894). A relativa estabilidade da desigualdade salarial no setor privado em 2015 apreende comportamentos díspares entre o segmento com carteira de trabalho assinada e o sem carteira de trabalho assinada, pois, no primeiro, ocorreu aumento da desigualdade e, no último, redução. É também interessante destacar que a desigualdade salarial se reduziu de maneira muito mais intensa no último, a ponto de, em 2016, ele passar a ter uma estrutura salarial menos desigual do que a dos com carteira de trabalho assinada. O emprego doméstico mensalista, o qual possui uma estrutura salarial muito menos desigual do que a dos demais segmentos, evidenciou redução do índice de Theil de 0,0948 em 2014 para 0,0855 em 2015 e para 0,0772 em 2016. Nesse último ano, o índice de Theil do emprego doméstico mensalista correspondia a somente 27,3% o do setor público e a 40,8% o do setor privado.

Tabela 2

Índice de Theil dos salários-hora reais, agregado e por categorias de emprego, e distribuição do emprego por categorias na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

ANO	THEIL AGREGADO	THEIL					DESIGUALDADE		CONTRIBUIÇÃO À DESIGUALDADE INTRACATEGORIAS				DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO (%)			
		Setor Privado	Setor Privado com Carteira	Setor Privado sem Carteira	Setor Público	Domésticos Mensalistas	Intracategorias	Intercategorias	Setor Privado com Carteira	Setor Privado sem Carteira	Setor Público	Domésticos Mensalistas	Setor Privado com Carteira	Setor Privado sem Carteira	Setor Público	Domésticos Mensalistas
2011	0,3224	0,2581	0,2541	0,2736	0,2921	0,0957	0,2608	0,0616	0,1599	0,0205	0,0774	0,0029	70,50	10,20	13,72	5,59
2012	0,3055	0,2424	0,2407	0,2401	0,2916	0,0844	0,2486	0,0569	0,1528	0,0181	0,0749	0,0028	70,70	10,09	13,51	5,70
2013	0,3103	0,2496	0,2504	0,2198	0,2917	0,0792	0,2537	0,0566	0,1625	0,0146	0,0742	0,0024	72,32	9,14	13,31	5,23
2014	0,3050	0,2312	0,2291	0,2431	0,3255	0,0948	0,2507	0,0543	0,1476	0,0151	0,0849	0,0031	72,66	8,12	13,89	5,32
2015	0,2901	0,2324	0,2344	0,2032	0,2905	0,0855	0,2400	0,0501	0,1558	0,0117	0,0691	0,0034	74,27	7,25	12,5	5,98
2016	0,2487	0,1894	0,1911	0,1572	0,2823	0,0772	0,2048	0,0439	0,1290	0,0095	0,0631	0,0032	73,87	7,79	12,09	6,24

FONTES DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Decompondo-se o índice de Theil⁸ por categorias de emprego na RMPA, pode-se constatar que tanto o componente intracategorias quanto o intercategorias se reduziram em 2015 e 2016 (Tabela 2). O componente intracategorias da desigualdade salarial diminuiu de 0,2507 em 2014 para 0,2400 em 2015 e para 0,2048 em 2016; já o

⁸ A decomposição foi feita levando-se em consideração quatro categorias: empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada, empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregados do setor público e empregados domésticos mensalistas.

componente intercategorias teve queda de 0,0543 para 0,0501 e para 0,0439 naqueles mesmos anos. Se, por um lado, é inequívoco que o componente intracategorias explique grande parte da desigualdade salarial, por outro, o seu peso relativo nela manteve-se praticamente estável na comparação de 2014 com 2016, situando-se em 82,2% e 82,3% respectivamente.

Examinando-se a contribuição de cada um dos segmentos para a desigualdade salarial intracategorias na RMPA, os seguintes aspectos podem ser destacados (Tabela 2). O segmento que para ela mais contribui é o de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, com 58,9% em 2014, 64,9% em 2015 e 63,0% em 2016. É interessante perceber, todavia, que essas proporções são inferiores ao peso relativo desse segmento no emprego total, que era de 72,7% em 2014, 74,3% em 2015 e 73,9% em 2016. Logo após, segue-se o emprego no setor público, cuja contribuição para a desigualdade salarial intracategorias passou de 33,9% em 2014 para 28,8% em 2015 e para 30,8% em 2016. Diferentemente dos assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada, os do setor público dão uma contribuição à desigualdade salarial muito superior ao seu peso relativo na estrutura do emprego regional — 13,9% em 2014, 12,5% em 2015 e 12,1% em 2016. Por fim, os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado e o emprego doméstico mensalista dão contribuições muito mais modestas à desigualdade salarial intracategorias. Para o primeiro desses segmentos, a contribuição foi decrescente: de 6,0% em 2014 para 4,9% em 2015 e para 4,6% em 2016; para o último, foi crescente: de 1,2% para 1,4% e para 1,6% nessa mesma base comparativa. Para ambos os casos, suas contribuições para a desigualdade salarial são inferiores aos seus respectivos pesos relativos na estrutura do emprego regional.

5 Por que ocorreu queda da desigualdade salarial agregada durante a crise econômica?⁹

Nesta seção, busca-se, de forma breve, apresentar evidências que permitam interpretar a queda da desigualdade salarial agregada na RMPA, durante a crise econômica, em 2015 e 2016. Tendo por referência esse objetivo, a estrutura salarial da Região foi seccionada em pontos de igual espaçamento de 5,0%, os quais serão denominados vintis. Ao se observar o comportamento dos vintis, será possível conhecer a evolução de diferentes partes da estrutura salarial na crise econômica.

Nesse sentido, para propósito de investigação, foram selecionados vintis próximos à base da estrutura salarial (1.º, 2.º e 3.º), em torno do seu centro (9.º, 10.º e 11.º) e próximos ao seu topo (17.º, 18.º e 19.º) — Gráfico 7. Iniciando o reconhecimento da evolução da estrutura salarial por sua base, por meio da inspeção do Gráfico 7, pode-se constatar que, na comparação de 2016 com 2014, o 1.º vintil registrou uma redução de 2,8%, o 2.º vintil, de 4,2% e o 3.º vintil, de 6,8%. No que diz respeito ao centro da estrutura salarial, em igual referência comparativa, o 9.º vintil teve uma queda de 10,3%, o 10.º vintil, de 12,5% e o 11.º vintil, de 12,9%. Quanto ao topo da estrutura salarial, ao comparar-se 2016 com 2014, constata-se que o 17.º vintil teve uma redução de 22,1%, o 18.º vintil, de 25,2% e o 19.º vintil, de 26,3%.

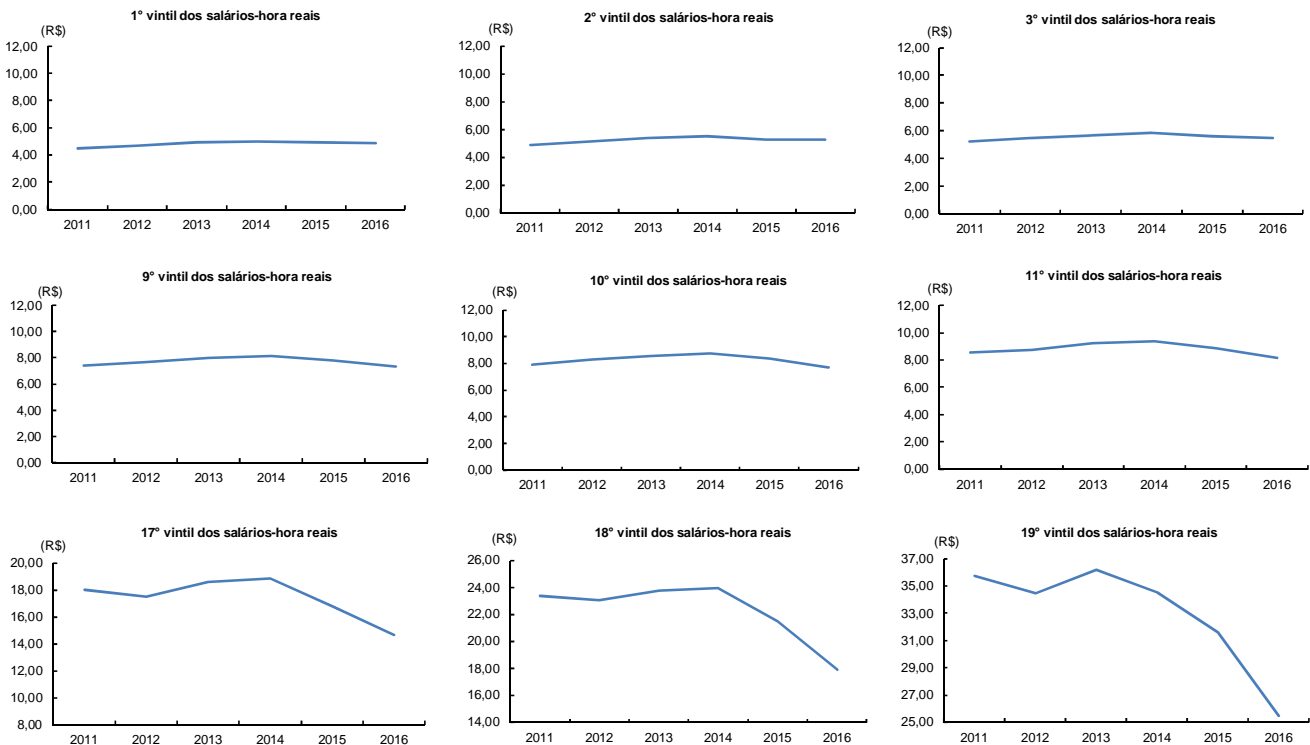
Com base nessas evidências, fica claro que a redução da desigualdade salarial agregada na RMPA, durante a crise econômica, em 2015 e 2016, foi provocada por uma disparidade na evolução dos salários reais localizados na base da estrutura salarial, em comparação ao seu centro e ao seu topo. Assim, apesar de ter havido perdas nas diferentes partes da estrutura salarial, essas foram muito menores na sua base, o que implicou redução da dispersão salarial.

A partir desses resultados, a questão que se coloca é por que os salários-hora reais próximos à base da estrutura salarial tiveram perdas tão mais modestas durante a crise econômica? A interpretação que se sugere a respeito é que isso se deveu à regulação institucional dos salários, mais especificamente, à existência do salário mínimo no País, ou seja, de acordo com a interpretação proposta, o fato de haver essa forma de regulação institucional dos salários limitou a magnitude das perdas na base da estrutura salarial, durante a crise econômica.

⁹ Essa interpretação foi originalmente proposta em outro trabalho, no qual esta seção é baseada (Bastos, 2017).

Gráfico 7

Vintis selecionados dos salários-hora reais na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

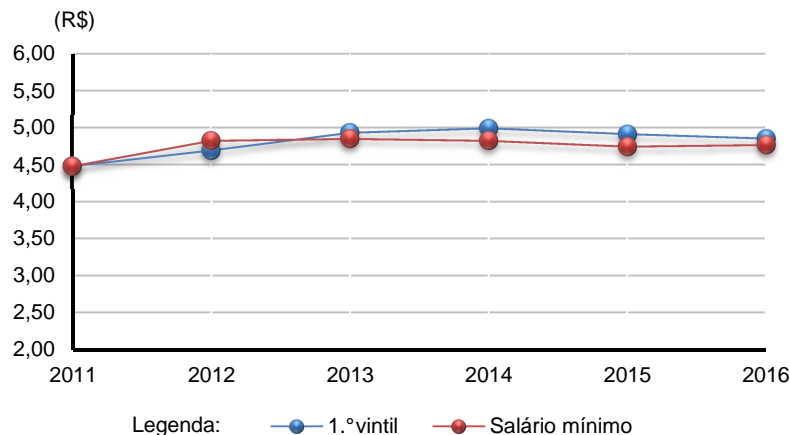


FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.
 NOTA: Inflator IPC-IEPE; valores em reais de nov./2016.

Para procurar fundamentar a validade dessa interpretação, no Gráfico 8, constam o 1.º vintil dos salários-hora reais na RMPA e o salário-hora mínimo real, no período 2011-2016. Conforme se percebe, as duas séries de dados são muito próximas, pois o 1.º vintil dos salários-hora reais está em torno do salário-hora mínimo real. Nos anos que são de particular interesse, 2015 e 2016, o 1.º vintil dos salários-hora reais correspondia a 103,5% e a 101,8% do salário-hora mínimo real respectivamente. Essas evidências são indícios de que a regulação institucional dos salários, uma vez que limita a ocorrência de perdas mais acentuadas na base da estrutura salarial, se constitui em parte da explicação da queda da desigualdade salarial agregada durante a crise econômica.

Gráfico 8

Salário-hora mínimo real e 1.º vintil dos salários-hora reais na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16



FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.
 NOTA: Inflator IPC-IEPE; valores em reais de nov./2016.

6 Considerações finais

Como foi mostrado neste artigo, durante a crise econômica, em 2015 e 2016, ocorreu uma inequívoca queda da desigualdade salarial agregada na RMPA. De acordo com a interpretação defendida, isso se deveu às perdas no topo da estrutura salarial da Região, que foram de grande magnitude, o mesmo não ocorrendo com os salários reais localizados próximos à sua base, o que provocou redução da dispersão salarial. Foi sugerido que os salários reais na base da estrutura salarial foram protegidos, dentro de certos limites, de perdas mais acentuadas, nessa conjuntura, pela existência de uma forma de regulação institucional dos salários no País representada pelo salário mínimo.

No âmbito setorial, não houve uma tendência comum de redução da desigualdade salarial durante a crise econômica, em 2015 e 2016. Foi mostrado que ocorreu queda da desigualdade salarial na indústria de transformação e nos serviços, mas não na construção e no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Assim, a redução da desigualdade salarial agregada na Região, na crise econômica, foi causada exclusivamente pelos dois primeiros setores acima identificados. Particular importância nesse processo teve o setor de serviços, seja pelo fato de evidenciar a estrutura salarial mais desigual, seja pelo grande peso relativo que possui na estrutura do emprego regional.

Quanto às categorias de emprego, observou-se a existência de uma tendência comum de redução da desigualdade salarial em 2015 e 2016. Não obstante, no que se refere aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, que possuem grande peso relativo na estrutura do emprego, a queda da desigualdade salarial ficou circunscrita ao ano de 2016. Os empregados do setor público evidenciaram um nível de desigualdade salarial muito superior ao das outras categorias de emprego. Assinale-se, todavia, que diminuiu a contribuição desse segmento à desigualdade salarial agregada na comparação de 2014 com 2016, o que foi decorrência da sua perda de peso relativo na estrutura do emprego. Já o emprego doméstico mensalista, cuja estrutura ocupacional é muito menos complexa, revelou desigualdade salarial muito inferior à dos outros segmentos.

No que diz respeito à decomposição do índice de Theil, o peso relativo dos componentes intrasetores e intersetores na desigualdade salarial se manteve praticamente inalterado na crise econômica, em 2015 e 2016, situando-se em torno de 96,0% e 4,0% respectivamente. Já a decomposição do índice de Theil por categorias de emprego evidenciou que o componente intracategorias representava cerca de 82,0% da desigualdade salarial, e o componente intercategorias, 18,0% em 2015 e 2016. Dessa forma, a decomposição do índice de Theil por categorias de emprego revelou uma capacidade de explicação maior da desigualdade salarial agregada do que a sua decomposição por setores de atividade econômica.

Referências

BASTOS, R. Crise econômica e desigualdade salarial na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 26, n. 7, p. 3-4, 2017. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/crise-economica-e-desigualdade-salarial-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CONCEIÇÃO, P.; GALBRAITH, J. Constructing long, dense time series of inequality using the Theil index. In: GALBRAITH, J.; BERNER, M. (Ed.). **Inequality and industrial change: a global view**. Cambridge: CUP, 2001. p. 263-279.

COWELL, F. **Measuring inequality**. Oxford: OUP, 2011.

COWELL, F.; JENKINS, S. How much inequality can we explain? A methodology and an application to the United States. **The Economic Journal**, Oxford, v. 105, n. 429, p. 421-430, 1995.

ELBERS, C. et al. Reinterpreting between-group inequality. **Journal of Economic Inequality**, Berlin, v. 6, n. 3, p. 231-245, 2008.

HAO, L.; NAIMAN, D. **Assessing inequality**. Thousand Oaks: Sage, 2010.

MATOS, J. **Distribuição de renda: fatores condicionantes e comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PED**. Porto Alegre: FEE, 2005. (Documentos FEE, n. 62.)

PLAT, D. **Package IC2**. Vienna: comprehensive R archive network, 2015. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/web/packages/IC2/index.html>>. Acesso em: 4 maio 2016.